

Desmate cai na Amazônia e aumenta no cerrado

Desmate cai 50% na Amazônia e sobe 43% no cerrado em 2023

No agregado do ano para os dois biomas, perda de vegetação teve queda de 18% em comparação a 2022

Jéssica Maes

SÃO PAULO O primeiro ano do terceiro mandato do presidente Lula (PT) foi marcado pela queda expressiva do desmatamento na Amazônia, enquanto os números tiveram crescimento recorde no cerrado.

Dados do sistema Deter, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), divulgados nesta sexta-feira (5) mostram que em 2023 foi perdida uma área de 5.151,6 km² na floresta amazônica, uma redução de 50% na comparação com os índices do ano passado. Já no cerrado, a taxa foi de 7.828,2 km², o que representa uma alta de 43%.

No agregado do ano para os dois biomas, a perda de vegetação chegou a 12.979,8 km², uma queda de quase 18% em comparação a 2022 (15.740,5 km²). O total desmatado em ambas as regiões no último ano equivale a mais de oito vezes a área da cidade de São Paulo.

O índice no cerrado é o maior para o período de janeiro a dezembro desde 2019, primeiro ano completo da série histórica do Deter. Os registros do sistema começam em 2018, mas, devido às variações provocadas pelas temporadas de chuva e seca, o ano do desmatamento "normalmente é medido de agosto a julho".

Na Amazônia, a taxa é a mais baixa desde 2018, quando foram registrados 4.951,4 km² de desmate.

É a primeira vez em cinco anos que a área desmatada no cerrado (que ocupa aproximadamente 24% do território brasileiro) é maior do que na Amazônia (que cobre cerca de metade do país).

O Deter mapeia e emite alertas de desmate com o objetivo de orientar ações do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e outros órgãos de fiscalização. Os resultados representam um alerta precoce, mas não são o dado fechado do desmatamento.

Os números oficiais são de outro sistema do Inpe, o Prodes, mais preciso e divulgado anualmente.

Na Amazônia, os estados recordistas foram Pará, com 1.925,5 km² desmatados, Ma-

to Grosso (1.408,2 km²) e Amazonas (894,4 km²). Estes também são os líderes históricos de desmate no bioma.

Já no cerrado, a maior perda de vegetação ficou mais uma vez concentrada na região conhecida como Matopiba, composta por Maranhão (1.765,1 km²), Bahia (1.727,8 km²), Tocantins (1.604,4 km²) e Piauí (824,5 km²). A área abriga, simultaneamente, uma nova fronteira do agronegócio e a porção mais preservada do cerrado.

Devido ao calendário de divulgação do Deter, os dados para 2023 publicados até agora vão só até o dia 29 de dezembro. No mês, o desmatamento da Amazônia ficou em 174,9 km² e o do cerrado atingiu 454,5 km².

A queda no índice da Amazônia, que explodiu durante o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), é a maior vitória na área ambiental do governo Lula. Já na primeira semana de gestão, o presidente restabeleceu o PPCDam (Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal), que baseia as medidas de combate ao crime ambiental na região.

Criado em 2024, no primeiro período de Marina Silva à frente do MMA (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima), o plano ganhou uma versão atualizada em junho de 2023, com novos eixos de ação e a meta de alcançar o desmatamento zero no bioma até 2030.

"O desmatamento na Amazônia funciona muito com base na expectativa", afirma Tasso Azevedo, coordenador geral do Mappiomas, rede que mapeia o uso da terra no Brasil. "Se a percepção de você ser pego e ter consequências [pelo crime] é baixa, o desmatamento aumenta. Se a expectativa de ser pego é alta, o desmatamento cai. Funciona assim porque os índices de ilegalidade no desmate da região são de mais de 95%."

Ele explica que três fatores são importantes para definir para que lado pende a "bolsa de apostas" do desmatamento: se o desmate será visto e reportado, se haverá consequência e se será possível lucrar.

"Os sistemas de detecção, que são 11, ao todo, captam o desmatamento no Brasil inteiro hoje, mas até pouco tempo atrás, você detectava, mas não reportava", conta.

"Até 2018, eram mais ou menos mil relatórios feitos por ano, e cerca de 150 mil ocorrências de desmatamento detectadas no Brasil. Desde 2019, quando começamos o Mappiomas Alerta, a gente gera 2.000 relatórios por semana. Esse é o primeiro passo."

Esses relatórios são públicos, mas a mera existência deles não é suficiente, explica Azevedo. É necessário um próximo passo: que os infratores sofram sanções, como multas ou embargos.

Dados do Ibama mostram que, de janeiro até novembro de 2023, só na região amazônica foram feitos 5.622 autos de infração contra a flora, 3.932 embargos foram instaurados e foi aplicado um total de R\$ 2,1 bilhões em multas.

Em comparação à média do governo Bolsonaro, os números representam, respectivamente, crescimentos de 114%, 73% e 67%.

Também houve 2.302 apreensões (alta de 72%) e 606 ações de destruição de equipamentos (aumento de 153%). Ao todo, 7.700 km² foram embargados por desmatamento ilegal.

"O terceiro pilar, independentemente de ter a fiscalização, é não conseguir se beneficiar do desmatamento", afirma o pesquisador.

"[Em 2023,] o setor financeiro, principalmente os bancos, passou a não aprovar e a suspender crédito não só para quem já tem um embargo, mas também avaliando se aquele proprietário tem ou não desmatamento. Se ele não conseguir provar que foi legal, o crédito é cancelado", explica Azevedo.

Mesmo com o sucesso dessa estratégia na Amazônia, replicar os bons resultados no cerrado é um processo mais difícil.

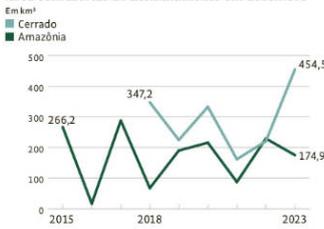
Em primeiro lugar, 54,3% da Amazônia são áreas protegidas de conservação e terras indígenas. Enquanto, no cerrado, dados do Mappiomas apontam que somente cerca



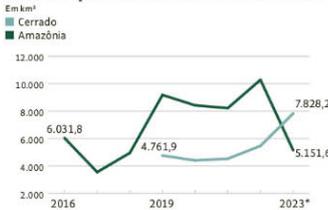
Igarapé Tabacos, em Barcelos (AM); desmate na região da Amazônia caiu em 2023. Léo de Almeida - 28.Abr.23/Folhapress

Desmatamento em 2023

Área com alertas de desmatamento em dezembro



Acumulado para o ano em alertas de desmatamento



* Valores para 2023 contabilizam os dados até 29 dez. Fonte: Deter/Inpe

de 12% estão em alguma área de conservação ou terra indígena, e as propriedades privadas ocupam 67%.

Nas áreas particulares, há uma diferença de legislação: segundo o Código Florestal, no cerrado é possível desmatar até 80% do terreno (ou até 65% em alguns locais, em áreas de transição para a floresta amazônica). Na Amazônia, o limite é de 20%.

Isso, segundo a geógrafa Ane Alencar, diretora de ciência do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), dá uma segurança a mais para quem quer desmatar o cerrado, já que é possível imprimir uma aparência de legalidade em situações irregulares.

"Mas será que essas propriedades são realmente propriedades privadas, com título?", questiona. "Nos usos do CAR (Cadastro Ambiental Rural), mas ele não é uma ferramenta fundiária, ele é de regularização ambiental. Ele indica que pode ter uma propriedade privada ali, mas é um registro voluntário, então alguém pode dizer que tem aquela propriedade, mas não tem registro."

Outra questão é a falta de fiscalização das licenças para desmate, que são concedidas em nível estadual e municipal. "Muitos desses locais deram a licença até um certo ponto, mas o proprietário vai além", exemplifica Alencar, que coordena a área de cerrado e fogo do Mappiomas.

Ela aponta, ainda, que a soma destes fatores com a aprovação da legislação europeia que restringe a importação de produtos relacionados a desmatamento, mas não inclui formações não florestais (que compõem a maioria do cerrado), leva ao cenário que resultou nos recortes atuais.

"Ficou muito claro para os investidores ou para as pessoas que estão desmatando que o cerrado é um lugar que pode ser legalmente um pouco mais seguro para desmatar", afirma. "A gente não pode desistir do cerrado. Temos que ir a fundo e verificar o status da regularização fundiária e dessas licenças."

Segundo o Ibama, de janeiro a novembro de 2023, foram aplicados no cerrado 959 autos de infração contra a flora, 582 embargos e R\$ 250,2 milhões em multas, representando aumentos de 45%, 49% e 74%, respectivamente, em relação à média de ações ocorridas de 2019 a 2022. Foram realizadas também 386 apreensões e 122 destruições de equipamentos usados no desmate.

Em novembro, o MMA lançou o PPCerrado (Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado), também com a meta de alcançar desmatamento zero no bioma até 2030.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Ambiente Caderno: B Pagina: 1